016ª Audiência Pública 24JUN2025

Pauta: Audiência Pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei nº 028/25, que autoriza a concessão parcial dos serviços públicos de saneamento do Município de Porto Alegre.

> **AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER O PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 028/25, QUE AUTORIZA A CONCESSÃO PARCIAL DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**
> **A Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre,** no uso de suas atribuições legais, CONVIDA a comunidade porto-alegrense para as Audiências Públicas a ocorrer nos dias e locais desta Capital abaixo relacionados, sempre às **19h**, para debater o assunto acima referido. Detalhes do projeto poderão ser obtidos em: https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/141278. Os participantes poderão se manifestar por escrito e/ou encaminhar documentos referentes ao assunto em debate, através do e-mail: audienciaspublicas@camarapoa.rs.gov.br. As manifestações, durante a audiência pública, se darão mediante inscrição, após a abertura do evento. A audiência pública será transmitida pela TV Câmara, canal 16 da NET, pelo canal digital 11.3, e pelo Youtube em https://www.camarapoa.rs.gov.br/institucional/tvcamara.
> ...24/06/25 Leste – Escola de Samba Copacabana – R. São Felipe n° 96...
> Porto Alegre, 28 de maio de 2025. **VEREADORA COMANDANTE NÁDIA**, Presidente.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): (19h03min) Boa noite, pessoal, estamos, então, prontos para a próxima audiência pública, hoje, aqui na Escola de Samba Copacabana, esta audiência pública vai versar sobre o projeto de lei a respeito da concessão parcial do DMAE. Quero convidar as pessoas a sentarem, logo em seguida, nós abriremos as inscrições. Vou passar para vocês como vai acontecer a audiência pública para que todo mundo tenha a possibilidade de entender e participar. A audiência vai iniciar com o governo. Está aqui o Matheus, do DMAE, já fica aqui conosco, Matheus, que vai explicar o projeto de lei, o que vai acontecer. Estamos aqui também com o secretário Gelson, secretário adjunto de governo, que vai dividir a fala. Eles têm dez minutos para falarem. Depois, vai falar o Simpa, nas pessoas do Adriano e do Edson. Então, assim: dez minutos para o governo explicar o projeto e, dez minutos depois, o Adriano e o Edson vão também fazer as suas ponderações. Logo em seguida, nós abriremos para a sociedade civil, sendo cinco pessoas

que estão a favor, estão gostando do projeto, e cinco pessoas que não estão gostando, para poder, em cinco minutos, falarem, exporem as suas motivações, poderem conversar, inclusive, receberem depois as explicações devidas aqui da parte tanto do Simpa quanto do governo. Terminadas as inscrições, os vereadores que aqui chegarem terão tempo também de cinco minutos. Posteriormente, o Simpa termina com cinco minutos de encerramento e o governo, cinco minutos de encerramento, *ok*? O Sandro já está fazendo as inscrições, elas precisam do nome completo da pessoa, e ele logo em seguida me traz. Vou passar de pronto, até porque está frio para todo mundo, para que, em uma hora e meia - a gente geralmente tem feito em uma hora e meia as nossas audiências públicas -, a gente possa ter terminado. Sempre que faltar um minuto de terminar o tempo, eu vou informar - um minuto -, e, terminando o tempo, todo mundo se despede, está bom? Então, vou passar para o governo aqui, o secretário Gelson vai dar as boas-vindas, e o Matheus em seguida.

SR. GELSON LUIZ GUARDA: Presidente, boa noite, boa noite a todos, uma alegria estar aqui novamente, mas, nesta noite fria, gostaríamos que a coisa se desenrolasse o mais rápido possível, portanto, não vamos usar muita palavra e vamos passar direto para o Matheus, do DMAE, que é o diretor que vai explicar e tirar as dúvidas dos senhores e das senhoras. Pedimos que prestem atenção no que vai ser dito aqui, na diferença de um projeto e de outro. Tirem suas conclusões e, no final, levem para casa e verifiquem o que é melhor para a população. Um grande abraço. Passo direto para o Matheus.

SR. MATHEUS NERES DA ROCHA: Obrigado, secretário Gelson. Boa noite a todos, meus cumprimentos, em especial, à Ver.ª Comandante Nádia, que preside os trabalhos desta audiência, aos representantes do Simpa. Pessoal, vou tentar ser bastante objetivo, no sentido de trazer um pouco das razões ou do contexto que alicerça, que sustenta esse projeto de lei, projeto de lei que é proposto pelo Poder Executivo, que hoje aqui nos propusemos a debater. Então, vou pedir ajuda do meu colega Napoleão para passar os *slides*, o plano de fundo

do que a gente vem tratando como concessão. Eu pediria que nos focássemos, antes de mais nada, em prestação de serviços.

(Procede-se à apresentação.)

SR. MATHEUS NERES DA ROCHA: Então, plano de fundo são cenas como essas em que o Município precisa enfrentar, precisa atender de forma... Porque, obviamente, não é justo termos situações como essa nos dias atuais. Então, o que a gente precisa é alcançar saneamento para todos por três razões fundamentais, que a gente pode concentrar como dignidade, como legalidade e democracia. Dignidade por dignidade humana, todos os cidadãos; legalidade por questões de legislação federal, que nos impõem alguns marcos de atendimento, alguns parâmetros que devem ser atendidos; e democracia, porque, obviamente, todos os cidadãos têm direito a um nível de serviço adequado e extenso a todos os munícipes. E é nesse sentido, então, que a gente começa a trabalhar uma ferramenta administrativa, que é a concessão, esse contrato administrativo que é a concessão de serviços.

E aqui um ponto central de legalidade que a gente menciona é o contexto, o contexto de uma lei federal, uma lei federal que é chamada de Marco Legal Do Saneamento Básico. Esse Marco Legal Do Saneamento Básico dispõe as metas que todos os entes da federação, então todos os estados e municípios, precisam alcançar, e não é diferente aqui para o Município de Porto Alegre. Então, dentro dessas metas, a gente tem que, até 2033, 99% do Município, ou da população, no caso, precisam ser atendidas com abastecimento de água potável e, no mínimo, 90% ser atendidas com serviço de esgotamento sanitário, coleta e tratamento de esgoto, digamos aqui cloacal. Mas essas metas que precisam ser atendidas têm ainda, inclusive, alguns parâmetros intermediários, esse meio do caminho, como é que eu chego até lá? E quem fiscaliza isso é uma agência nacional, uma agência reguladora nacional, com apoio em agências locais, e ela vai fiscalizar, além daquelas metas absolutas, de atendimento de água, de esgoto, por exemplo, níveis de redução de perdas, níveis de não intermitência

no fornecimento da água, que é um dos grandes desafios que nós temos aqui em Porto Alegre também. E aqueles entes que não conseguirem alcançar essas metas no prazo de 2033 ficam sujeitos, então, à vedação de acesso a recursos federais, a obter financiamentos da União ou outros recursos, transferências. E esse é o cenário que nós temos hoje em Porto Alegre. Então, a gente tem um alto percentual de abastecimento de água potável, embora tenhamos níveis de intermitência nesse abastecimento que, hoje, não são aceitáveis, nos parâmetros já emitidos como modelo da ANA. E temos um índice ainda aquém de tratamento de esgoto; no caso, nós temos aproximadamente 53% dos domicílios urbanos – e hoje só temos área urbana em Porto Alegre – atendidos com coleta e tratamento de esgoto.

Quando a gente olha lá para 2015, digamos assim, um retrato lá de 2015, num trabalho que foi feito, que é o Plano Municipal de Saneamento Básico, o Município já dimensionava alguns desafios de investimentos ou de infraestrutura que precisariam ser melhorados. E, naquele momento, então, se vislumbrava que, além dos desafios da água, além dos desafios da drenagem, que hoje a gente sabe toda a relevância que tem para o ambiente de Porto Alegre, mas, em especial, por exemplo, do esgoto, já se dimensionavam valores que, atualizados grosseiramente aqui, estariam na casa de R$ 3 bilhões para o esgotamento sanitário. E, quando nós olhamos para esse mesmo período de tempo, para o investimento que o DMAE conseguiu fazer com recursos próprios e também de terceiros – alguns financiamentos, algumas questões executadas com recursos de terceiros –, a gente vê que essa capacidade de investimento, de execução, não foi superior, em média, a R$ 100 milhões.

Então, para a gente conseguir dimensionar as cifras e a dimensão dos desafios que temos, se a gente trabalhasse essas duas questões, o montante de obras ou desafio necessário que se tem para levar coleta e tratamento de esgoto a todos, dentro das capacidades de investimento que, hoje, o DMAE apresenta historicamente, a gente precisaria de em torno de 30 anos.

Então, é nesse cenário que a concessão, ou um contrato de concessão, se apresenta como uma alternativa. Uma alternativa para que o ente federativo

possa contratar obras e serviços, contratar serviços, expandir serviços, como aquilo que a gente trata de coleta e tratamento de esgoto, por exemplo, distribuição de água. Sendo que esses investimentos podem ser realizados em um curto espaço de tempo, mas em um contrato de prestação de serviços de longo prazo.

E essa é uma ferramenta que outros entes da federação têm lançado mão. Como a gente falou, o Marco Legal do Saneamento está para todos na federação, e a concessão tem sido, sim, uma das ferramentas – se não a ferramenta – utilizada pela maioria dos entes federativos. E, aqui, a gente pode ver que esses entes possuem gestores dos mais variados partidos políticos, de cunhos ideológicos bastante diferentes. Ou seja, a concessão é um contrato administrativo que não tem ideologia político-partidária; ela é uma ferramenta administrativa utilizada por governos do MDB, do PL, do PT, do PDT, do União Brasil e assim por diante. Os exemplos são os mais vastos possíveis.

E, mais uma vez, eu sei que é um pouco maçante isso, mas a gente precisa trabalhar a diferenciação entre concessão e privatização, porque elas têm, de fato, consequências muito diferentes – muito diferentes. Não há como igualar essas duas situações. Enquanto, na concessão, eu tenho, de fato, a contratação de obras e serviços, a prestação de serviços por tempo determinado, temporário, na privatização eu tenho uma venda, eu tenho uma transferência definitiva. E isso, por exemplo, eu posso ver a partir da propriedade dos bens: enquanto, na concessão, eu tenho bens que são de propriedade do poder público – e as melhorias, os investimentos realizados por esse parceiro privado retornam ao poder público –, na privatização, não. Na privatização, a propriedade desses bens é de um agente privado, não é do poder público.

Da mesma forma, eu tenho uma grande diferença no processo, na capacidade de fiscalização da concessão em relação à privatização. Na concessão, o Município permanece com a capacidade de fiscalização: ele é gestor do contrato, ele fiscaliza o contrato, ele possui ainda os direitos de contratante, como qualquer contratante tem. Então, ele pode ter esse contrato rescindido, pode ser retomado o serviço caso esse contrato não seja executado da maneira

adequada. Enquanto, na privatização, não. Na privatização, por se tratar de serviço prestado por um privado, isso fica somente à discrição da agência reguladora.

Então, é nessa situação que é importante dissociarmos casos como, por exemplo, o da CEEE Equatorial, que é uma privatização, de casos como o que ora estamos propondo, da concessão de alguns serviços. E nós já temos alguns exemplos nessa linha, como a PPP da iluminação pública, abrigos de ônibus também, que hoje funcionam dessa forma.

Podemos ir direto ao que trata esse projeto de lei em especial. Ele é um projeto que trata da possibilidade de concessão dos serviços de saneamento básico. Mas, em verdade, a lei federal já dispensa uma autorização municipal, uma autorização legal, para que se faça a concessão.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Para encerrar, Matheus.

SR. MATHEUS NERES DA ROCHA: Perfeito. Então, se já há autorização, por que fazer uma lei municipal? É justamente porque é nessa oportunidade, no projeto de lei, que há a possibilidade de que sejam incluídas algumas vedações. E aqui incluímos a vedação, então, de conceder o serviço de captação e tratamento de água. Então, o que se propõe aqui é a concessão dos serviços de esgotamento sanitário, distribuição de água e gestão comercial, permanecendo com o DMAE, então, o serviço de captação e tratamento de água. Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Matheus. Falou por 10 minutos e 6 segundos. Agora, 10 minutos para o Sr. Adriano, do Simpa.

SR. ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER: Boa noite à Mesa, boa noite aos presentes. Eu vou fazer a apresentação substituindo a nossa colega Sandra, que é a coordenadora, e que está no congresso da Assemae, em Minas.

(Procede-se à apresentação.)

SR. ADRIANO SKREBSKY REINHEIMER: Então, eu vou apresentar o nosso contraponto enquanto servidor do DMAE; também já fui servidor do DEP. E o nosso contraponto é: não à privatização e ao modelo que está sendo proposto no PLE n° 028/25. Então, nós temos os argumentos que estão apresentados no PL para a privatização, de concessão parcial, e também nós temos o nosso contraponto que, na verdade, se trata de uma decisão política que, ao longo das duas últimas gestões, o DMAE vem sofrendo muito com terceirizações excessivas e precarização. Isso já foi alertado, inclusive, no Plano Municipal de 2015. Hoje o DMAE atende a população com 100% do abastecimento de água, uma parcela com caminhões-pipa, e a coleta de esgoto, hoje, de 91% e trata 78% de esgotamento sanitário, considerando as soluções individuais. Isso está previsto na Lei n° 170, no Decreto Regulamentador 9369, artigos 55 ao 65, que é uma legislação que tem mais de 30 anos e é inovadora no País nesse tipo de tratamento. O próprio marco legal prevê as soluções individuais, então o DMAE está em conformidade com o que traz o novo marco em relação às soluções individuais.

Então, nós temos uma realidade que é apresentada no PL que se choca um pouco com a realidade que temos no Brasil e no mundo. Hoje a tendência mundial é pela reestatização dos serviços de saneamento. Nós temos inúmeros casos de capitais mundiais, muitos exemplos no Brasil. Nós temos o caso de Manaus, que está concedido desde o ano de 2000. O grupo que detém, ele começou com o grupo francês, hoje ele é do próprio grupo, que é o monopólio que tem a Corsan também, que é o grupo Aegea. Temos um caso em Londres, onde os recursos hídricos estão com um alto índice de contaminação. E aqui nós temos o caso da Corsan, isso foi buscado na IA – Inteligência Artificial –, casos que acontecem e aconteceram muito nesse verão, de várias localidades do Estado do Rio Grande do Sul que nunca tiveram problemas de abastecimento e passaram a ter, agora, com a gestão.

A realidade que aqui se passa hoje, os serviços foram concedidos, distribuição de energia elétrica e o saneamento do Estado. Quando as manchetes são

positivas, quando está patrocinando eventos, é a Aegea. Quando é problema de falta ou de maus serviços, daí é Corsan. Então, nós temos nas matérias que são veiculadas um seletismo. Não é à toa que o fundo previdenciário do maior grupo de comunicação do Rio Grande do Sul investe massivamente em serviços concedidos. Então, esse grupo de comunicação, com a sua previdência privada, é acionista da CCR, da Aegea, da Equatorial. Na verdade, há um interesse por trás disso, e as matérias são seletivas e visam basicamente isso: quando é crítica à CEEE, é Corsan; quando é fato positivo, é Equatorial e Aegea. Então, nós temos casos de terceirização, de realidade, isso em matérias jornalísticas.

Quanto aos investimentos, que o DMAE não tem capacidade. Os investimentos dos últimos anos, na verdade, eles refletem uma vontade da gestão de não investir no DMAE. Nós temos uma evolução de investimentos de 2013 até 2023, isso mostra a capacidade que o DMAE teria e o que ele acumulou em caixa no ano passado principalmente, e como se desenvolveram esses investimentos. A realidade que temos hoje, que é precarizar e terceirizar; dentro dessas realidades, um desmonte. Hoje, o DMAE tem 3.600 cargos, e hoje ele tem menos de mil servidores ativos. É o mesmo que começarmos uma partida de futebol com a equipe com 11 e vamos participar com apenas 3 ou 4. É uma disputa injusta. Essas questões do DMAE, de gestão, todas elas vão ser tratadas na Comissão Parlamentar de Inquérito, que foi instaurada na semana passada. E nós confiamos que alguns fatos, realmente, sejam apresentados e que sejam positivos para a sociedade porto-alegrense.

Os números que provam a capacidade de investimento em saneamento do DMAE, do Programa Integrado Socioambiental – Pisa, para valores presentes esse investimento chega a R$ 1,5 bilhão, com recursos financiados, e grande parte desses recursos o DMAE já repassou para a Prefeitura, para amortizar, e para garantir também pagamento de folhas, principalmente de 13° salário, em alguns anos. Então, o DMAE sempre teve uma capacidade, um corpo técnico capaz de fazer esses investimentos para a cidade de Porto Alegre. Os investimentos necessários que se estimam no saneamento, sem contar aqueles valores que foram investidos – será que são mesmo esses R$ 10 bilhões que

apresentam? Porto Alegre tem quatro grande comissões de parcelamento de solo, de regularização fundiária. Esses grandes investimentos que estão no Plano Municipal de Saneamento Básico, eles são atribuições do ente privado, na parte de loteamentos ou condomínios. Então, esses investimentos que estão no plano não próprios do DMAE e, sim, dos investidores dos empreendimentos privados. Sem contar os outros investimentos e a garantia de financiamentos que já existe, esses números não fecham. Aqui está cortando um pouco os investimentos, mas nós temos o novo Sistema Ponta do Arado, com recursos através da Caixa, mais R$ 100 milhões também do PAC; R$ 84 milhões no Sistema São João; água; captação do Menino Deus também, que entrou no PAC recente. Nós temos outros investimentos, aproximadamente R$ 200 milhões em redes e adutores. Já contratado, aproximadamente, R$ 500 milhões. Esgotamento sanitário, com separador absoluto, 73%, com solução individual como fossa e filtro, chegando à capacidade de 80%. Só para lembrarmos que antes do Pisa, Porto Alegre tratava 27% do seu esgotamento sanitário, só a capacidade dos investimentos do Pisa aumentou em 50%. E os investimentos contratados, R$ 120 milhões com obras também do PAC e mais R$ 8 milhões para a reativação da estação de tratamento de esgoto do Sarandi. Então, tratamento de esgoto pelo DMAE público, é isso que nós apresentamos. A capacidade de esgotamento sanitário que é tratado, isso chega a três piscinas olímpicas. Investimentos em drenagem também contra cheias, que somatizam recursos de aproximadamente R$ 3 bilhões.

Aqui nós temos o cenário de onde foi alagado e a cidade que mais sofreu com os alagamentos, e são, realmente, as populações mais vulneráveis que sofreram muito mais.

Então, os argumentos que nós apresentamos são esses, o nosso contraponto em defesa do DMAE público, saneamento estatal. Todos os materiais que nós distribuímos têm esse viés de defesa do serviço público, embora o PL diga que os servidores do DMAE têm estabilidade, que todos são estatutários e que isso está garantido.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Sr. Adriano; 10 minutos e 9 segundos. Já começo a chamar, então, as pessoas da sociedade que se inscreveram. Primeiro, Marcelo Otto Severo, por gentileza. Cinco minutos e, faltando um minuto, eu lhe aviso, *ok*?

SR. MARCELO OTTO SEVERO: Boa noite a todos. Sou morador aqui da região da Av. Protásio Alves, um pouco mais para cima, e também sou funcionário do DMAE. Eu tenho acompanhado algumas audiências, alguns dos discursos que a gente vê aqui, claro, como são para públicos diferentes, eles acabam sendo repetidos. Um argumento que eu tenho ouvido bastante é o de que concessão não é privatização. Realmente, até não é, só que a gente tem, hoje, um DMAE público, que faz captação e tratamento da água e faz coleta e descarte do esgoto. O que vai ser entregue para a iniciativa privada? Vai ser entregue a distribuição da água. Então, a água não vai ser pública, mas a água vai ser comprada do DMAE para ser vendida para as pessoas, e vai ser feita a coleta, tratamento e descarte do esgoto pela concessionária também. O que acontece? A arrecadação do DMAE vai diminuir, porque o DMAE vai receber da concessionária muito menos do que ele recebe pelo metro cúbico de água hoje. Então, vai diminuir a arrecadação do DMAE. Se esse dinheiro for investido, investido não, for pago, for entregue também para a concessionária para manter a tarifa social – que a princípio é para ser uma obrigação, mas a gente não tem nenhuma garantia de que isso vá continuar, porque em outros lugares isso acabou, ou diminuiu bastante o incentivo para a tarifa social –, diminuindo a arrecadação do DMAE, vai chegar um momento que as mesmas pessoas que hoje dizem que "é concessão, não é privatização, o Município continua proprietário da estrutura, continua proprietário do DMAE", vai chegar o momento em que essas mesmas pessoas, ou as pessoas que vierem depois delas, vão dizer "agora tem que privatizar, porque o DMAE agora não é mais superavitário, o DMAE é deficitário e falta dinheiro para a gente manter a captação e o tratamento da água". Aí a gente vai ter que vender o DMAE, ou então vender a captação e o tratamento da água, o que não é vantagem para ninguém. O

objetivo do marco do saneamento é universalizar a água, para ser 99% de atendimento da população com água potável – Porto Alegre já tem – e 90% de coleta e tratamento do esgoto. O DMAE, hoje, tem, desculpe, não vou lembrar agora, mas em torno de 74% de coleta e 55% de tratamento do esgoto – não tenho certeza agora, mais é em torno disso. Por que não se investe mais no DMAE? Por que esse marco do saneamento que dá essa data limite até 2033? Isso abriu a porta não para o financiamento tipo BNDES, para o financiamento dos órgãos públicos de saneamento, mas, sim, para as empresas privadas comprarem os órgãos públicos de saneamento. Ninguém fala assim: por que o BNDES não financia o próprio DMAE? Não, a gente vai financiar uma empresa para comprar o DMAE. É absurdo pensar nisso, porque assim, por que aqui em Porto Alegre querem privatizar, ou conceder, como dizem? Por que não investem no DMAE? Porque o prefeito, desde o início, deixou bem claro que a intenção dele é entregar o DMAE, isso está claro, em nenhum momento ele não disse que tinha intenção de colocar o DMAE para venda. O Marchezan, que veio antes dele, tentou vender, tentou privatizar, não conseguiu. Aí, o Melo assumiu esse compromisso. Sinceramente, isto vem desde o Marchezan, a ideia de entregar o DMAE. Então, não vai ter investimento no momento em que essas pessoas estão trabalhando só para entregar. E assim: “Ah, não atinge a meta de esgotamento, então a gente vai entregar a água”. A água não precisa ser entregue, porque já é atingida a meta. Mas a empresa não vai comprar só o esgoto, a empresa vai querer comprar a água, que dá mais lucro. A Aegea, se eu não me engano, tem 46% de todo o saneamento privado no País...

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Sr. Marcelo.

SR. MARCELO OTTO SEVERO: Concluindo então, DMAE público!

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Já deu 5 minutos e 7 segundos. Gostaria também de informar que estão aqui conosco, nesta audiência pública,

os vereadores Marcos Felipi, Grazi Oliveira e Jonas Reis. Em seguida, chamamos a Sra. Cristiane Gil Vieira.

SRA. CRISTIANE GIL VIEIRA: Boa noite a todos, tudo bem? Eu represento o Jardim Continental, um bairro que ficou por muito tempo escondido; nós estamos já há mais de 11 anos esquecidos. Agora há pouco, a gente conseguiu que o DMAE instalasse água para nós, foi até um ano, vamos dizer assim, graças ao perfeito, nós hoje temos água, mas esgoto, a gente está há mais de 11 anos, então o que adianta eu ter água potável que passa pelas torneiras, e a merda passa por cima. E assim, não é só isso, as pessoas brigam pelo esgoto. Nós estamos, são 200 famílias, são muitas pessoas que estão precisando. Aí é muito bonito chegar aqui e dizer que 98% é coletado, o esgoto; bom, então os 2% são só 200 famílias. Eu acho que o Porto Alegre tem bem mais, só que são pessoas que talvez não tenham conhecimento do que nós estamos passando aqui. Então, assim, se o DMAE não tem condições de fazer, então que ele abra concessão para quem possa fazer, porque nós precisamos. É muito bonito eu chegar aqui e dizer: Olha, eu moro aqui na Protásio, na Protásio meu esgoto passa na frente da minha casa, bem aterrado, bem bonito, eu tenho esgoto fluvial, eu tenho tudo de bom, e dizer que se dane quem não tem. Então, eu venho aqui, em nome de 200 famílias, dizer que se o DMAE não tem condições, então que abra essa concessão, que seja feito o que é necessário. Acho que o mais importante mesmo era passar a situação que a gente vive hoje, que muitos desconhecem e que eu não estou falando em nome de partido, eu não estou querendo saber quem está financiando, quem não está financiando. É muito fácil dizer, não façam isso, porque a privatização é um financiamento, é isso e aquilo, vai me beneficiar, vai beneficiar uma população que precisa. A mesma situação que aconteceu com o esgoto da água; gente, essas enchentes aconteceram por quê? DMAE não deu conta. Aí quantas pessoas ficaram alagadas, aí é muito fácil culpar DMAE, culpar a Prefeitura, se eles não têm condições, eles estão querendo entregar, por que tem pessoas contra? Então, se eles não têm condições e eles estão dizendo, estão oferecendo uma proposta para que outras

pessoas possam agilizar... Eu não quero, graças a Deus eu moro no Morro Santana, posso não ter esgoto, mas a minha casa não inunda. Agora muitas casas que inundaram também teve a parcela do esgoto, então é muito fácil eu pensar só no meu umbigo e não pensar nessas pessoas que foram prejudicadas pela enchente, essas pessoas que não têm esgoto. Acredito que ainda tenha pessoas que ainda não tenham água também; então acho que é bom a gente pensar na população como um todo. Faço parte da Zona Leste, mas hoje eu vim defender os direitos da Jardim Continental, certo?

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Sra. Cristiane. Com a palavra, os vereadores, como sempre sabem, a qualquer momento. O Ver. Jonas Reis se inscreveu primeiro, tá, vereadora? Vereador Jonas Reis, o senhor tem cinco minutos também. 0

VEREADOR JONAS REIS (PT): Boa noite a todas e todos os presentes, estamos ouvindo com atenção as intervenções, mas a gente fica preocupado porque falta informação. Dizer que o DMAE não deu conta da enchente quando o DMAE está cheio de CCs lá dentro, nomeados pelo prefeito Melo – eles decidiram botar saco de areia para combater a enchente, saco de areia e argila. Pensem vocês, se fossem vocês na Prefeitura, vai conter a cheia com saco de areia e argila? Vamos pensar, gente, alguém em sã consciência faria isso, com um rio do tamanho que é, recebendo Gravataí, Sinos, Jacuí, água: saco de areia e argila é indefensável. Aí as pessoas não têm informações, tem que ter; então a gente está aqui para trazer. Hoje o DMAE tem 2.500 cargos vagos. Pensem vocês, se vocês têm um restaurante, que tem lá uma cozinha. Tem que ter seis pessoas na cozinha para fazer comida, vão chegar 300 pessoas para serem atendidas no teu restaurante, e aí tu só tens uma cozinheira. Ela vai cozinhar para 300 pessoas, se a estrutura do restaurante é para seis funcionários, dentro da cozinha? Não vai, e então não vai entregar comida para todo mundo, vai ser uma confusão. É o que está acontecendo no DMAE! O DMAE só não consegue fazer as coisas porque não tem funcionários em número suficiente. Aí só sobra

o que, gente? Jogar saco de areia com argila, porque não fizeram durante 13 meses a soldagem das comportas, não conseguiram soldar as comportas. Aí tem um vereador do governo Melo que vai lá e está pedindo para fechar definitivamente a comporta, fechar definitivamente. Vejam só, a solução do governo Melo não é erguer as casas de bombas, não é botar mais funcionário para trabalhar, não é fazer licitação; não, é ficar de braços cruzados, porque quanto pior, melhor, aí a população diz o quê? Do jeito que está, não dá. É exatamente isso que eles querem, para dizer que do jeito que está, não dá, e aí eles trazem a solução, que é a concessão. E sabe quem é que vai entrar? É uma empresa muito parecida com a CEEE Equatorial, que hoje não consegue entregar energia para todo mundo. Nós ficamos em Porto Alegre, chegamos a ficar 17 dias, em algumas regiões, sem energia elétrica, comerciantes perderam tudo nos *freezers*. Nem o governador, nem a Equatorial, ninguém indenizou. Então, gente, se hoje vocês acham, algumas pessoas acham, “ah, tá difícil o DMAE”, quando virar privado, quem pagou, pagou, quem não pagou, não leva, e mesmo que esteja pagando, sofre o prejuízo de um serviço precarizado como está hoje, gente. A gente não pode dizer que está bom com a CEEE Equatorial, está ruim” Todo mundo reclama, ela está no *ranking* nacional, a CEEE Equatorial, como a pior empresa do Brasil em fornecimento de energia elétrica. Aí a gente vai ouvir o Melo dizendo “vamos trazer o privado”, porque o Melo é o responsável por toda essa sujeira que acontece na cidade, porque ele não deixa o DMAE público trabalhar, porque tem um projeto de concessão. Agora eu queria saber, foram lá e gastaram um monte de dinheiro na Holanda, para enfiar goela abaixo de nós, saco de areia e argila. Eu não engulo isso, eu fui eleito pela população para defender a população, não é defender prefeito. O prefeito está no bem bom, ele não vem aqui enfrentar a população, falar, porque ele não pode passar frio, o coitadinho, ele está no ar-condicionado, no cafezinho, ele não pode. Eu parabenizo quem está aqui querendo debater, querendo entender, mas o fato é que o governo Melo não tem responsabilidade com a cidade, porque, se mandou R$ 180 milhões para as empresas de ônibus privadas, por que não mandou esse dinheiro para o DMAE público fazer as obras, por exemplo, agora,

e proteger as pessoas no Sarandi, com o dique que não está pronto, proteger as pessoas com casas de bombas que não estão funcionando a pleno, e não tinham nem motores, no ano passado? Então, sinceramente, pessoal, não caiam nessa ladainha, porque o governo Melo teve 24 pessoas indiciadas pela polícia em um escândalo só da educação, só da SMED, e o filho do prefeito é um dos indiciados. Então, por favor, não somem o nome de vocês a toda essa sujeirada do governo Melo que está acontecendo na cidade.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, vereador. Muito obrigada.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): O Sr. Calvin Aguirres Severo está com a palavra.

SR. CALVIN AGUIRRES SEVERO: Então, gente, boa noite. Venho trazer aqui uma questão que foi levantada na audiência pública que já se teve ali na região dos bairros Rubem Berta, Costa e Silva, Passo das Pedras, que é as pessoas virem aqui e trazerem a situação de como se o debate fosse “gurizada, o DMAE é bom? O DMAE está bom? O DMAE está bem? Como é que ele está? Ele está com frio? Ele está ruim?”, quando esse não é o debate. O debate que está se trazendo, o projeto que está se trazendo não é para melhorar ou para piorar, ele é para entregar de vez. Ele é para entregar, tirar a responsabilidade da Prefeitura de atender a essa necessidade da população. Ele não está aqui, esse projeto, para chegar e “ah, realmente, a situação está muito ruim, essa forma vai melhorar”, é entregar, é fazer como a Prefeitura quer fazer, na situação de creche, nas vagas de creche; na educação, na saúde – no transporte, já fez. Realmente, é uma estratégia muito boa, é de se parabenizar, porque ela é muito fácil. É só tu gastares menos, tu investires menos, fazeres ficar ruim, a população que sofre, e aí tu pegas e falas “ah, realmente, gurizada, não tem mais como”.

(Manifestação na plateia.)

SR. CALVIN AGUIRRES SEVERO: Boa noite, amigo. E pegar e dizer “não, é isso, realmente, não tem como”, sendo que quem decide o quanto vai ser investido ali, o quanto vai ser investido aqui é a Prefeitura. Vem dizer “ah, o próprio DMAE, coitado, está dizendo que não tem mais como, gurizada, não tem mais como, vai ter que entregar de vez”. O DMAE que está representado aqui, que está falando aqui é o DMAE que é trocado conforme a gestão quer, conforme a gestão quer. Não vem aqui o técnico de 70 anos, há mil anos trabalhando no DMAE, que é engenheiro, que é formado, que fez ali acontecer, é a pessoa que o Melo pegou seis meses atrás, dois dias atrás e botou para falar. É essa pessoa que vem aqui dizer “realmente, é sobre isso, perdemos, vamos ter que entregar”. E não é assim que funciona. O papel da Prefeitura não é esse, não é se eleger, chegar e vender tudo, entregar tudo, porque esse é o objetivo. E vou falar, assim como o Marcelo falou: as mesmas pessoas que hoje ficam, gastam a sua fala inteira para dizer “não, porque não é privatização, é concessão” são as pessoas que aprovaram, defenderam e, no caso do prefeito, votaram pela entrega da CEEE, votaram pela entrega da Corsan e que vão aqui tirar essa defesa a mais que nós tivemos após a Corsan ser entregue, que é Porto Alegre ter um sistema separado, que é ter o DMAE. E querem pegar essa barreira, essa defesa que Porto Alegre tinha no seu saneamento e entregar também. E entregar para virar mercadoria, que não vai estar aí para atender, sejam as 200 famílias, sejam as 700 famílias da Asa Branca, onde já teve audiência também, e, sim, para tirar esse direito delas, isso não vai mais ser um direito, porque essa é a ideia. E eu, enquanto trabalhador da Prefeitura, posso dizer que a fiscalização não vai te dizer “bah, garantimos, está perfeito; se tem fiscalização, então resolveu”, não resolve. As próprias reclamações do DMAE hoje, público, com servidor da Prefeitura, que tu ligas diretamente para o servidor da Prefeitura, não atendem todas as vezes diretamente. E a empresa, posso garantir, não está nem aí, porque esse não é o objetivo dela, como foi dito em toda audiência por uma ou

outra pessoa; o objetivo da empresa não é melhorar a qualidade do saneamento na tua casa, não é sequer garantir que tu vais ter água em casa. O objetivo da empresa é lucrar e crescer a empresa. E isso, a Aegea, que quer comprar o DMAE, não quer pegar uma partezinha, quer comprar o DMAE inteiro, como fez com a Corsan, a Aegea tem feito para si mesma, feito esse crescimento, essa busca por lucro, País afora. Vem comprando empresas de saneamento estado após estado, cidade após cidade, e esse é o objetivo dela. A gente vem vendo. No Brasil, vem melhorando a qualidade do saneamento? No Brasil, esses investimentos vêm somando?

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Um minuto.

SR. CALVIN AGUIRRES SEVERO: O que a Corsan gastou, construiu aqui em Porto Alegre – já vou até concluindo –, aqui em Porto Alegre, perdão, Comandante, o que a Corsan vem construindo aqui no Rio Grande do Sul, até hoje, não deu nem perto dos R$ 2 bilhões que ela foi vendida, menos do que era o seu valor de mercado. Porque isso é outra parte, é fazer que nem fizeram com a CEEE, que venderam a R$ 100 mil, que venderam a preço de carro, e dizer "não, porque eles vão investir, porque eles vão pegar o dinheiro do bolso deles, porque eles curtem muito isso, e vão salvar a população dessa situação que a gente aí não tem como fazer, não tem como", sendo que tem. Posso não ser engenheiro e não fazer uma fala técnica muito boa, muito organizada, mas tem como. E quem não quer fazer esse trabalho, quem não quer fazer esse processo, quem não quer atender a população da cidade é a gestão da Prefeitura. É a gestão anterior da Prefeitura, é a outra gestão, e é por isso que não vem aqui falar do partido, falar do partido tal. Vem, sim, falar da importância desse saneamento, da água, que é o básico, é básico para a vida manter um serviço público!

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada.

SR. CALVIN AGUIRRE SEVERO: Concluo, gente, boa noite.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Sr. Calvin. A Sra. Delair Vitt Assunção está com a palavra.

SRA. DELAIR VITT ASSUNÇÃO: Bom, boa noite, pessoal. Então, assim, eu faço parte aqui da Zona Leste, Morro Santana. Então, o que eu tenho para dizer para vocês, que eu sempre falei de um todo, assim, sobre saneamento básico. A nossa comunidade, Jardim Continental, que fica no Morro Santana e que faz parte também das Laranjeiras ali, que é um núcleo bem grande ali de moradores, a gente, sim, está precisando muito de saneamento básico. Já falando, porque muitos falam que não é para falar sobre política, mas eu não tenho como não falar do prefeito. Porque, sim, o prefeito, ele foi o único prefeito que esteve na nossa comunidade, viu de perto e se propôs a nos ajudar; foi lá, olhou com seus próprios olhos, amassou barro, foi o Melo. Então, eu não tenho como dar as costas para quem nos ajuda, gente. Então, assim, hoje, eu estou falando de política, eu estou falando e não posso dizer assim: ele está no bem bom, ele está em casa, porque, olha, o Melo é uma pessoa que ele está em todos os lugares, inclusive foi o único que esteve na Jardim Continental, no Morro Santana. Então eu acredito que se for para ter uma concessão para melhoramento do saneamento básico e da água, do esgoto, sim, por que a gente não pode ter? Eu acho que privatização, para algumas partes fica ruim, mas também fica bom, porque todo mundo sabe da coleta do lixo, porque tem cooperativas que trabalham dentro da Prefeitura há mais de 35 anos e que até hoje são terceirizadas e estão ali, estão fazendo um bom trabalho. Eu acho que falar de política... Vocês sabem que política envolve tudo, mas a gente tem que também saber quando está sendo feito e quando não está, quando a gente tem e quando a gente não tem. E falar de vereadores, saber o apoio de vereadores, a gente sabe quais são os vereadores que nos apoiam, e eu tenho certeza que, aqui dentro desses lugares, sabe que, como a minha companheira falou, muitos

vivem bem, tem esgoto, tem água, mas a Jardim Continental está passando por um processo de regulamentação, de saneamento básico e esgoto, e eu tenho certeza que, se for para melhorar, eu digo sim à concessão e/ou à privatização. Boa noite a todos e muito obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Sra. Delair. Fala agora a Ver.ª Grazi Oliveira.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Boa noite. Quero saudar a Mesa, saudar os moradores da comunidade. Eu sou a Ver.ª Grazi Oliveira, sou professora, moradora há 27 anos da Cohab Cavalhada, venho oriunda da periferia, de um lugar que não é diferente do que a gente convive aqui na Bonja, aqui na comunidade e na Zona Leste. Eu acho que é importante, e não vejo problema de falarmos sobre política, porque o que está acontecendo aqui é um ato político. A audiência pública nos convida a ouvir as partes, a ouvir os dois lados, a ouvir a percepção do que o governo apresenta, a ouvir a percepção de quem não defende e que acredita que o DMAE deva ser público. Então, é legítimo, este momento é legítimo, e está tudo bem apoiar ou não o prefeito ou qualquer coisa do gênero. Eu queria registrar isso, porque, às vezes, as pessoas precisam, de fato, começar a entender que estes espaços aqui existem para a gente falar de política pública, para a gente falar sobre política. Então, falem. Está tudo bem.
Mas eu quero falar um pouco da vida vivida. Quem é que aqui tem casa própria? (Pausa.) A senhora é a proprietária de uma casa própria. Quem é que vive aqui de aluguel? (Pausa.) E os demais não vivem? O pessoal não levantou a mão. (Pausa.) Está frio, está frio! Por que eu estou fazendo essa pergunta?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Bom, mas um dia vai ser tua. Mas por que eu fiz essa pergunta? Porque eu gosto muito de fazer analogia para

poder entender; eu sou professora, então eu parto desse princípio. Por que eu pergunto quem é proprietário de casa própria? Porque, quando a gente fala em concessão ou privatização, a gente está entregando algo que é nosso para alguém administrar. Eu não entregaria a minha casa por um aluguel. Se eu sou dona da minha casa, se eu sou proprietária da minha casa, eu, logo, não iria abrir mão de viver em uma casa privada que eu não preciso pagar aluguel e passar a viver de aluguel. A concessão do DMAE, para mim, parte desse princípio – parte desse princípio! Se é privatização, se é concessão, os conceitos pouco interessam para a população; o que interessa para a população é qual o projeto de sociedade que a gente está defendendo aqui. E eu estou defendendo um projeto de sociedade em que o que é público tem que ser público e tem que ter investimento. Para quem não sabe, parte do DMAE já é privatizado, e a parte do DMAE que é privatizada é a que a gente mais se incomoda: o buraco que fica há 30 dias aberto e ninguém vai lá fechar; a luz que falta e a água não chega na ponta. O morro aqui sofre direto, é o último que recebe água quando falta luz ou quando estraga uma peça, porque os problemas hoje que a gente enfrenta com a falta de água têm relação com a in-gestão, com a má gestão do DMAE: é a peça que não tem manutenção, é o dinheiro que está lá, mais de R$ 400 milhões e não é investido. E, quando falamos de má gestão, a intenção é exatamente esta, é nos convencer de que está ruim e que se está ruim, tem que mudar. E nós precisamos entender por que as coisas estão ruins. Eu defendo, e vou seguir defendendo, o DMAE público. O que é público precisa ter investimento público. Nós pagamos impostos, esse dinheiro tem que reverter para nós. Se fosse tão ruim o DMAE, eu fico aqui pensando, por que será que ele ia ser concedido e por que será que uma empresa ia querer assumir? Gente, dá lucro. Nós precisamos começar a pensar. Povo, estou falando do mesmo lugar. Estou aqui pela primeira vez, é o meu primeiro mandato, e estou tendo a oportunidade de lutar por aquilo que a gente vive todos os dias. Não dá mais para a gente ficar sendo convencidos de coisas que vão nos levar a, daqui a um tempo, fazer como o prefeito, que foi para a rede social pedir para a Equatorial atendê-lo, porque nem o prefeito a Equatorial atendeu quando a luz faltou mais de 10 dias na

cidade. Por quê? Porque quando tu entregas algo para a iniciativa privada, azar, reclama para o Papa, porque não vai ter para quem reclamar. Obrigada, gente.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver.ª Grazi Oliveira. Com a palavra a Sra. Márcia Amâncio.

SRA. MÁRCIA AMÂNCIO: Boa noite, pessoal. Tudo bem? Sou Márcia Amâncio, moradora da região Morro Santana. E escutei a fala de todo mundo. Acho que todo mundo tem um pouco de razão de se queixar, de falar. E eu vou falar um pouco, me ater à minha região, que é o bairro Morro Santana, onde a gente vê a dificuldade do saneamento básico. A gente tem ali o Jardim Continental, a gente tem a Laranjeiras, que não tem saneamento básico. A gente foi para o OP para demandar junto com o Continental, a gente vai demandar Laranjeiras novamente, está no livro do OP, há 500 anos. Então, eu acho assim, se fosse bom, a gente não estaria aqui agora, a gente sabe que tem um déficit de enxergar as comunidades que precisam de saneamento básico. A Bom Jesus também. Nós temos esses arroios aí, que em época de dengue, é demais. Eu tenho 52 anos, e eu acho que não precisávamos estar aqui hoje falando de privatização, de concessão, se as coisas funcionassem. Então, eu creio que está na hora de separar os filhos. A situação da água também é precária. Nós temos dentro da comunidade, lá, a água não sobe. Nós temos lá na Pedreira, uma caixa d'água, acho que nunca foi trocada na vida; não sei se é feita a reparação. Nós temos uma parte do Borel que não sobe água. Então, eu acredito que sou a favor, porque a minha ideia é para ver se melhora. Infelizmente, temos que tirar, às vezes, o nosso sangue, para ver se melhora. Então, estou apostando no quê? Separar os filhos para ver se conseguimos um saneamento básico. Porque, na época das enchentes, Laranjeiras botou cinco abrigos para receber a comunidade todinha da cidade de Porto Alegre e da Grande Porto Alegre. A gente sofreu enchente lá também, porque não temos saneamento básico dentro da Laranjeiras. A nossa associação, que nós temos a presidenta aqui hoje, daqui a pouquinho vai falar, fomos bem contemplados pelas nossas gurias da

Continental, sofreu alagamento, por falta de saneamento básico. No dia que chove, a creche, tu não consegues entrar dentro da creche. O posto de saúde é alagado. Então, assim: eu sou a favor, acredito que, quem sabe, vai melhorar. Eu respeito a fala de todo mundo, espero que também respeitem a minha, cada um tem uma maneira de pensar. Eu vi que até hoje não melhorou. Não melhorou.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Sra. Márcia. Sr. José Dorley dos Santos.

SR. JOSÉ DORLEY DOS SANTOS: Boa noite a todos e a todas. Eu me chamo Dorley, sou presidente de uma cooperativa aqui no bairro Jardim Carvalho, denominada como Novos Horizontes. Eu não vou me apegar muito nessa parte técnica e de números, mas eu também faço alguma análise que essa concessão, que é uma privatização chamada de concessão, fosse boa. E eu quero dar alguns exemplos aqui, nós temos alguns exemplos. A Companhia Carris, para quem conheceu a Carris, a Carris não era só uma empresa de ônibus, a Carris era a identidade de Porto Alegre. Em Porto Alegre, a Carris funcionou até com carrocinha de burro. Pois veio um cidadão aí e vendeu a Carris para melhorar, por meia dúzia de mil réis. Melhorou a Carris? Eu uso ônibus. Não sei se vocês usam. Mas não melhorou, só piorou. E vai reclamar para quem? Alguém que me antecedeu aqui já disse, reclama para o Papa. O Papa está longe de nós. Não melhorou.

A saúde em Porto Alegre é um caso. Falta dinheiro? Não falta. Falta gestão. Falta gestão. Quem disser que a saúde está boa em Porto Alegre está mentindo. E por quê? Porque aqui também se tem secretário da Saúde para dizer que é secretário da Saúde. Porque terceirizaram a saúde. Eu sou do Conselho Local de Saúde, de uma Unidade de Saúde, a Milta Rodrigues, onde a gente luta para buscar emendas parlamentares para suprir as dificuldades que tem ali. Mas a gestão que está gerindo ali, que era para ter duas equipes médicas, nunca tu vês as duas equipes médicas funcionando. É tirando de um lugar e levando para outro. E eu tenho certeza que o Morro Santana, Bom Jesus e todos os lugares

são assim. Então a gente não pode fechar os olhos só porque é apaixonado pelo cidadão de chapéu de palha. Não quero me identificar politicamente aqui, mas a gente não pode ficar amando o chapéu de palha e não ter uma consulta, entrar no 156, no aplicativo, e não ter uma consulta. Aí a orientação que se diz: “Ah, procura a unidade básica, não vem para a UPA, porque a UPA está superlotada.” Se a unidade básica, que concederam essa concessão, que é a mesma concessão do DMAE, não atende! Eles ganham o dinheiro, então o dinheiro tem. É que o dinheiro é mal aplicado, a gestão não existe. E isso é o que vai acontecer no DMAE. O DMAE já esteve muito bem, graças a Deus; já saneou muita coisa. E uma coisa que ninguém aqui falou é que, quando tu fazes urbanização de uma comunidade, entra água e entra esgoto. E faz muito tempo em Porto Alegre que não se urbaniza nada. É só esperando o Minha Casa Minha Vida... E eu fui conselheiro do Orçamento Participativo, e ajudei a fundar o Orçamento Participativo, onde a gente discutia investimentos e obras. Hoje a gente vem para as reuniões do Orçamento Participativo para discutir serviços - serviços que são obrigação da Prefeitura prestar. Então, não podemos ficar aqui caindo nesse conto da sereia e levar para o coração. A gente tem que agir com a razão e não com o coração. O DMAE tem que ser público, porque o DMAE público tu tens para quem reclamar. Eu agora, antes de eu sair de casa, estava lá na minha rua, uma equipe do DMAE, pessoas concursadas, desentupindo esgoto. E eu não moro na Av. Protásio Alves, eu moro lá no Morro da Colina. Estavam lá trabalhando e se esforçando. É que o DMAE não abre concurso. Ele bota 300 CCs, como já saiu aqui, para poder abrigar o seu parceiro político, e não abre concurso para botar profissional para trabalhar. Tem que ter profissional para trabalhar. Então é isso, não vamos nos iludir no canto da sereia.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada. Fala agora o Ver. Marcos Felipi.

VEREADOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Boa noite a todos, boa noite à Mesa, aqui, os servidores do DMAE e o governo. Comunidade presente da

região leste, comunidade que eu tenho muito carinho, muitos aqui me conhecem, para quem não conhece, Ver. Marcos Felipi. Então, é importante aqui trazer fatos e verdades que, infelizmente, acabam não sendo ditos aqui, inclusive pelos meus colegas vereadores. A gente está na onda digital, ChatGPT, então, para tirar dúvidas, escrevam aí: privatização e concessão são a mesma coisa ou não? Vocês vão ler e vai estar a resposta para vocês, para não perder tempo. Pesquisem se é a mesma coisa. Então é a mesma coisa, estão mentindo, não é a mesma coisa. A segunda coisa, tem gente aqui da esquerda, do PT, que defende o governo Lula. Vocês sabiam que o governo Lula está fazendo concessão de floresta? Concessão de rodovia? Vocês sabiam que o governo do PT concedeu, e não foi parcial, a água e esgoto no Ceará? Concedeu na Bahia? Isso mesmo, concessão. Não é uma questão ideológica, é uma questão de eficiência no serviço público, é uma questão de contrato administrativo. Então, assim, querem politizar, bom, então, todo mundo faz. O governo federal, na última entrevista do ministro, falou: “Nós vamos conceder tudo que for possível, nós vamos botar tudo na mão do privado e controlar.” Porque concessão é isso. Não é que nem a privatização que tu vendes, entregas, e a agência reguladora, sei lá onde está, vai regularizar, que nem a CEEE Equatorial. Tu entregas por um determinado tempo e tu fiscalizas esse serviço, porque ele continua sendo público. Tu vais ter os servidores do DMAE fiscalizando, tu vais ter uma agência reguladora ligada ao Município, tu vais ter um verificador independente, que é um instrumento extremamente importante, então tu vais ter três agentes fiscalizando esse contrato. E sobre os servidores, eu tenho muito carinho por eles, e a concessão parcial, ela tem que passar, mas a gente tem que estar atento, como vereadores, como comunidade, como vai ser a fiscalização desse contrato. Porque, independente da empresa que venha vencer isso, se não tiver uma boa fiscalização, ele não vai funcionar. E aí eu defendo, sim, manter os servidores do DMAE, reter bons talentos, porque essas pessoas vão ser fundamentais para que a concessão dê certo.

Hoje a gente tem 99% de abastecimento de água. É o mesmo número que diz o novo Marco Legal do Saneamento Básico, que a gente tem que chegar em 2033,

mas a gente tem uma intermitência enorme. O Morro Santana é o último lugar a chegar água aqui. Quando falta água, quando a Ouro Preto lá quebra três, quatro vezes o mesmo cano, o último lugar que a água chega é o Morro Santana. Ficam quatro, cinco, seis dias sem água, e quem é que multa o DMAE? Ninguém multa. Vai lá ver em São Paulo o exemplo de concessão, se não entrega, multa, multa, multa. O que isso faz? Vai ter que resolver rápido. Vai descontar na fatura. Concessão tu pagas com indicador, com meta; se não bater a meta, se não tiver indicador, não recebe a fatura cheia. Hoje, infelizmente, o cavalete está lá, a água não chega, intermitência é um problema, qualidade da água é um problema, e a gente tem também alguns outros pontos, mas esses 99% não querem dizer que a gente esteja bem. Mas o principal é a questão de coleta também de esgoto. Hoje, apenas 52% da cidade, pelos números da Prefeitura, tem coleta também de esgoto. O estudo novo está sendo feito, deve ser menos, porque veio a enchente. O DMAE hoje, eu sei, porque eu tenho muitos amigos servidores, o DMAE hoje precisaria, para bater a meta, 1.400 quilômetros de rede de esgoto. O DMAE hoje faz, em média, 60 metros por ano de rede de esgoto. E esgoto e saneamento básico, como diz, é o básico, é oportunidade, é dignidade. Eu fui um secretário aqui, felizmente, foi o que mais botou asfalto na região leste, na Lomba do Pinheiro, na Bom Jesus. Aqui na Bom Jesus, o Ver. Byl andava comigo direto aqui. Dorley, na tua rua a gente colocou asfalto, tu lutaste muito e mereceu o asfalto. Só que muito...

(Manifestações na plateia.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Olha só, só um momentinho. Olha só, todos aqui têm direito a falar.

VEREADOR MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Não, não tem problema. Eu citei ele, não tem problema ele me responder. Eu botei 60, mas o teu governo não botou nenhum. Só que, infelizmente, o que mais nos dá alegria é colocar asfalto, colocar um pavimento. Mas se não tem o básico, se não tem esgoto, como é que

eu vou botar asfalto? Então, melhorar o esgoto é melhorar a infraestrutura, é trazer dignidade, é trazer oportunidade. E esse deve ser o foco dessa concessão e a meta que a gente tem que atingir. E sobre as mentiras, a água vai aumentar, a água vai aumentar – só se aumenta tarifa passando lei na Câmara. Isso não está na lei aqui. Tarifa social, lei federal, não vai mudar. Então, assim, a gente tem que discutir como vai dar certo essa concessão parcial, porque hoje, o DMAE, como era antes, como está agora, não vai entregar o que a gente merece, que é dignidade para os porto-alegrenses. Então, chega de mentira, vamos falar a verdade para a população, que a concessão passe, seja aprovada, mas, obviamente, com uma boa fiscalização da Prefeitura, agência reguladora, verificador independente, para que a gente consiga trazer mais dignidade, principalmente para as comunidades. Eu ando em comunidade. Tem vereador que quer falar sobre o assunto, mas fica só lá no Bom Fim, na Cidade Baixa. Eu sei o que precisa a comunidade e eu vou defender sempre mais infraestrutura para as comunidades de Porto Alegre. Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, vereador. Ver. Jonas, o senhor se acalme. Nós estamos numa audiência.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): É presidente, vereador. O senhor quer vir aqui ser presidente da audiência? Eu lhe deixo um tempinho.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Vereador, vereador, que feio. Dando mau exemplo. Não, é uma... Fica chinelagem. Olha só, nós estamos aqui com pessoas educadas, estamos aqui com pessoas educadas, eu vou solicitar que os vereadores... Ver. Jonas, por gentileza. Vou chamar Gerson Martins para poder falar.

SR. GERSON MARTINS: Boa noite a todos. Não é uma questão política, é uma questão de razão. Ao longo da história em Porto Alegre, nós já tivemos água privatizada e ela nunca chegava nas periferias. Teve que ser estatizada para poder chegar nas periferias, nos bairros mais distantes de Porto Alegre. A água se resumia a Centro, Auxiliadora, nos bairros nobres, para dizer a verdade. Então, o DMAE foi uma conquista. A água pública foi uma conquista e estendeu para todas as comunidades na época. O pessoal parou de pegar água de poço, que era insalubre. O saneamento básico também veio para as comunidades. Eu acho que seria um retrocesso, porque o capital, respeito o capital e a mais-valia, não está preocupado com a comunidade da Bom Jesus, da leste, do Morro Santana, Vila Laranjeira e todas as vilas ao redor, os quilombos, os índios. Você acha que essa gente vai ser vista pelo capital? Acho que não, né? Acho que é um retrocesso tornar a água privada. Nenhuma privatização deu certo. Ele falou da Sabesp – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – em São Paulo. Não deu certo, querido. Eles não pagam as multas e não estão nem aí, mandam uma banana para o governo. Essa que é a verdade. Falta água direto. A água não chega na periferia. E eles botam a culpa ainda no povo que puxa gato. Ainda botam a culpa na comunidade, porque são os gatos, porque não chega, porque perde pressão. É sempre a mesma história, querido. O capital é o capital. E a grande pergunta é: um governo eleito, ele tem que servir ao povo que o elegeu, ou ao interesse da iniciativa privada, ao capital? Eu acho que todo governo, pelo princípio democrático, serve ao povo e não a interesses econômicos. Aí acho que isso é muito errado, né, cara? Acho que não precisa ser muito esperto para sacar, né? Quem ganha com isso? Olha, a comunidade da Leste, acho que não vai ganhar nada. Vai ganhar aumento de tarifa, mais falta d'água, o esgoto vai continuar a mesma coisa, vai continuar no arroio Bom Jesus e nos 30 arroios que tem dentro dessa comunidade. No Morro Santana, acho que tem muito mais, porque lá tem várias nascentes, tem até dois grandes lagos no Morro Santana, não sei se vocês conhecem lá em cima. Acho que os maiores lagos de altitude que tem no Brasil são no Morro Santana. É isso que eu tenho

que falar, nós temos que buscar ser racionais e perguntar: a nós, povo, interessa a privatização, que eles chamam de concessão, mas, no fim, acabam privatizando? Já vimos isso nas telefonias, já vimos isso na CEEE, já vimos na Carris, né? Ó, o T1 está com uma qualidade assim, né? Sempre atrasado, lotado e quebra no caminho. Uma beleza! Acho que a presidente podia pegar hoje um T1 para ir para Câmara, ia chegar atrasada na sessão.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. GERSON MARTINS: Tá bom. Mas eu acho que era isso, né? Eu acho que era isso. Acho que é uma questão de racionalizar a quem o governo tem que servir, se ao interesse do capital, da iniciativa privada, ou ao povo que elegeu. Obrigado e uma boa noite a todos.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, seu Gerson. Só para lhe dizer que eu não sou a pauta da audiência, e o senhor me respeite, por gentileza. Estamos aqui numa audiência em que as pessoas estão se ouvindo, estão falando, e nós não admitimos aqui qualquer tipo de falta de educação. Sra. Vera Costa.

SRA. VERA COSTA: Boa noite; boa noite à Mesa. Eu me chamo Vera, sou moradora da Vila das Laranjeiras há quase 30 anos, não 13. E o esgoto, a mesma coisa. Eu morava do lado do posto de saúde, entrou água na minha casa duas vezes. Eu me mudei para a esquina, para não entrar água na minha casa. Não entra, mas a água passa que é uma cachoeira na frente. Eu peço para o DMAE para ver os esgotos, vão lá, colocam o cavalete, aí vão lá, olham, colocam de novo, aí quebra o cavalete, botam uma terrinha em cima, vão de novo. Então, eu quero melhorias para a Laranjeiras, para a Continental. Pode ser um tiro no escuro, gente, pode ser, mas eu acho que a gente tem que sair da cerquinha e pular. Eu, sim, sou a favor à concessão, eu quero melhorar para a nossa comunidade. Nós passamos a enchente, como a Márcia citou, tinha um abrigo,

nós fomos atrás de *pallets* para colocar embaixo do colchão, porque a gente tinha medo que entrasse água na associação. Teve um dia de chuva que o pessoal fez uma corrente humana com baldinho, que estava subindo água na lateral, que nós botávamos para a rua para não entrar para dentro da associação. O posto de saúde não tem mais dentista, porque entrou água e estragou a cadeira. Acabou. Cada vez que chove, entra água no posto. A creche, as coitadas das crianças vão nadando. Para nós entrar na associação no dia da enchente, o nosso amigo Neni, que não está aqui hoje, botava as tábuas para a gente pisar em cima e não molhar os pés. Tem que melhorar isso, tem que melhorar, porque nós somos humanos que moramos lá. E é muita gente, é muita gente. A água desce do morro com uma força enorme. As casas tudo enchem de água, as pessoas perdem tudo. Então eu acho que, sim, tem que ter a concessão, e vamos acreditar que vai melhorar. Vamos acreditar que vai melhorar, independente de PT, de não sei, qualquer um. Eu sou PT, mas eu estou a favor do Melo. Eu cresci e nasci PT. Mas isso por quê? Porque ele está mostrando alguma coisa, ele vai lá na vila. Eu acompanhei as caminhadas com ele na Continental. Eu acho que sim, sim à concessão, e vai dar certo, eu creio que vai dar certo. Obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Sra. Vera Costa. Sra. Cenira Vargas.

SRA. CENIRA VARGAS: Boa noite a todos e a todas. Gente, é o seguinte: aqui está uma discussão contra a privatização do DMAE. Sim, eu sou contra. Eu já briguei duas vezes lá dentro da Câmara dos Vereadores, que a gente teve sessões lá dentro e a gente quase saiu linchado lá. Sinto muito pelos guardinhas municipais. Então, não é de agora que eu estou aqui brigando e lutando.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. CENIRA VARGAS: Sim. Agora, eu venho dizer uma coisa. Gente, sobre a questão da Laranjeiras, Continental, eu conheço há 40 anos, não é um dia. E se hoje ainda existe um pedacinho de asfalto lá, e se hoje ainda existe um esgoto lá dentro, e se ainda tem um posto de saúde, graças a mim e às pessoas que já morreram, que brigamos e lutamos por aquilo lá.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. CENIRA VARGAS: Da onde tu não sabes, meu amor? Tu me conheces? Eu sou a Cenira, mulher da sopa da Laranjeiras, da igrejinha São Pedro.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. CENIRA VARGAS: Sim, senhor.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. CENIRA VARGAS: Não. Isso. E outra coisa. Eu vivi a vida toda brigando pelas melhorias da nossa Região Leste, e até hoje não aconteceu nada. Os moradores estão lá ainda no morro, dentro da Laranjeiras, com as casas caindo para baixo, e eles não fazem nada. Entra prefeito, sai prefeito, entra governo, sai governo e continua na mesma. Os meus vizinhos que moram ao lado dos valões, ali dentro da Bom Jesus, quando chove, entra água para dentro das casas, é merda, é rato, é cachorro morto, tudo vai para dentro das casas. Um dia que eu coloquei, eu cheguei a chorar de raiva. O cara chegou na minha casa e pediu: “Cenira, por favor, me ajuda. A minha casa encheu, estourou. Até a minha cama foi parar dentro do valão”. Tiveram... (Ininteligível.) ...dentro do OP, pessoas do OP dizer para mim que era culpa dos caras que tinham colocado o lixo, que eles tinham colocado os móveis lá dentro. A gente sabendo que não era, a pessoa pedindo socorro. Onde a mulher foi subir? Em cima do micro-ondas e levou um choque. Isso vocês não enxergam? Olha como é que está a nossa luz, olha como

é que está a nossa Carris, olha como é que estão os nossos ônibus dentro de Porto Alegre, gente. E vocês ainda querem que privatizem mais o DMAE ainda. Será que vocês são burros e ignorantes? Vocês não aprenderam que isso vai prejudicar todo mundo, eles estão privatizando tudo, gente. Logo eles vão privatizar até o ar que nós respiramos. Vocês já pensaram nisso? Que um dia eles irão privatizar o ar, irão privatizar tudo que existe, não vamos ter mais nada nosso no nosso Rio Grande do Sul, dentro da nossa Porto Alegre? Vocês pararam para pensar? Ou será que nós somos todos ignorantes? Eu paro e penso, e eu mesma digo, eu sou ignorante em pensar que as coisas vão melhorar e não vai ficar pior, mas cada vez é pior e pior, e o povo acreditando que eles vão melhorar.

Sim, o Melo esteve dentro da Bom Jesus, caminhando por tudo, esteve lá na Colina, esteve lá na... Mas o que ele fez? Nada! Tudo continua a mesma coisa e pior. Vem me dizer agora que o alagamento que deu em 2024, que deu agora de novo, quantas famílias estão desabrigadas ainda? Olha o Sarandi como é que está! Vem dizer que não é culpa do nosso amado e querido prefeito? Se tivessem trabalhado, se tivessem feito o que era para fazer, não estaria do jeito que está.

Gente, eu tenho uma cozinha solidária, eu, às vezes, não tenho alimento para fazer para as famílias. Hoje foi um dia que eu fiz um sopão muito maravilhoso, mas eu não tinha para fazer, eu não tinha proteína, porque a gente estava recebendo e de repente a gente perdeu. Mas eu conversei com as próprias pessoas que pegam o almoço. Eles saíram, cataram ossos, que nem dizem: “vamos comer osso”, e é isso que a gente está comendo. Eu fiz um sopão para 268 famílias, hoje ao meio-dia. E ainda dei um grande pacote de pipoca para eles. Fizemos muita cocada, a preta e a branca, e distribuí...

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Dona Cenira.

SRA. CENIRA VARGAS: ...para a minha família, como eu digo. Essas pessoas que precisam são a minha família, porque eu também não tinha nada e hoje eu brigo por todas as famílias que precisam.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Dona Cenira. Chamo a senhora Milena Gantes Rodrigues, e já solicito que o Ver. Marcos Felipi possa estar substituindo esta Presidente, porque depois eu vou fazer uso da palavra.

(O Ver. Marcos Felipi assume a presidência dos trabalhos.)

SRA. MILENA GANTES RODRIGUES: Boa noite, pessoal. Meu nome é Milena, sou moradora do Jardim Continental. Não sou muito boa com palavras, igual a senhora que esteve aqui agora, mas vou tentar ser mais educada que ela, claro. Primeiro, eu vou dizer que guardinhas... Guardinhas, a gente não está aqui para falar dos guardinhas, é claro, mas é uma falta de educação, porque eles não são guardinhas, eles são pessoas trabalhadoras, que nem nós, então eles merecem o mesmo tamanho de respeito que qualquer um de nós. Eu sou, sim, a favor da concessão. Eu trabalho muito, como moradora – como moradora! – do Morro Santana. Comecei junto com a Delair, com a Márcia, ali na época da enchente, no início de maio, mas eu vi que eu precisava fazer mais, porque eu vi que estava muito. Então, eu fui e corri atrás. Eu não estive só no Jardim Continental, eu estive na Mário Quintana, eu estive aqui na Bom Jesus, eu estive na Colina e eu estive na Cefer. Eu caminhei dentro da água, eu ajudei as pessoas e pisei na merda, como continuo pisando na merda hoje com a porcaria de esgoto que tem ali na Continental, com a porcaria de esgoto que tem na Laranjeira, na Cefer, na Colina e na Mário Quintana, que eu estou sempre lá. Então, assim, essa senhora que diz que faz muita coisa, eu não estou aqui para discutir diretamente com ela. Eu vi o Melo na Continental; eu não venho aqui para falar de política também porque eu nem gosto, mas eu vi o Melo na Continental. Eu não vi essa senhora na Continental, eu não vi essa senhora na Laranjeira. Eu, Milena, juntamente

com outras pessoas, distribuí mais de 10 mil – posso dizer, tenho no papel e posso provar – marmitas, cestas básicas, pedindo, porque eu era uma voluntária, eu não tinha um nome na minha frente, eu era só uma voluntária, e eu saí e pedi, para ajudar essas pessoas que estavam na enchente, porque hoje servir sopa para 300, 400 pessoas é muito fácil. Só que existem pessoas prevalecidas também, que não querem trabalhar e querem comer de graça, se aproveitando de toda a situação que teve.

Hoje, o que está sendo discutido aqui, que eu saiba, não é quem deu mais, quem deu menos, não é qual é o melhor vereador e qual é o pior. Hoje o que está sendo discutido aqui é que a gente quer sair dessa merda que a gente vive, a gente quer sair dessa porcaria que a gente vive, a merda passando nos pés das pessoas, e se o DMAE não fez nada até agora, ele não vai fazer. Não venham vocês me dizer que vai fazer. Onde estava o DMAE quando estava alagando a casa dessa senhora? Quem ela chamou? Quem ela chamou? Ela chamou o DMAE? O DMAE atendeu ela? O DMAE ajudou ela? O DMAE não ajudou ela e vai continuar não ajudando? Então, se está ruim...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SRA. MILENA GANTES RODRIGUES: O prefeito vai trabalhar sozinho?

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Vamos respeitar quem está falando.

SRA. MILENA GANTES RODRIGUES: É, ele vai trabalhar sozinho. Só que assim ó, se ela é tão contra o prefeito, se o DMAE é tão bom para ela e está fazendo alguma coisa, como outros também já disseram, que está fazendo, então chamem ele para fazer. Se ele não fez, se vai ficar ruim, a gente não sabe, mas a gente vai tentar, porque como está não dá para ficar. Está horrível, está horrível. Não é um bairro, não são dois, são todos os bairros, gente. E vocês sabem, os vereadores sabem, as pessoas que trabalham sabem, porque todo

mundo conhece todo mundo. Então, tem que melhorar. E não é chegando aqui e falando palavrão, ofendendo pessoas, que vai se resolver. Não é fazendo um asfalto bonito e maravilhoso que vai se resolver. Eu prefiro continuar pisando no barro, mas não pisando na merda. Boa noite para todos vocês e desculpa alguma coisa.

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Muito obrigado. Passo a palavra à Ver.ª Comandante Nádia, a senhora tem cinco minutos.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Boa noite à Mesa, querido colega Marcos, que está presidindo esta audiência; quero cumprimentar principalmente a comunidade que hoje aqui veio, num dia de frio, mas interessada em conversar sobre a concessão parcial do DMAE. Eu acho que é importante a gente falar as coisas verdadeiras. Eu fui comandante da Brigada Militar aqui da Zona Leste, conheço bem a realidade das pessoas, e é importante a gente estar cada vez mais ligado – e falou muito bem o Marcos Felipi – no que é privatização e no que é concessão. São coisas diferentes. Quando nós vemos aqui o Simpa apresentando a Equatorial, a Equatorial é privatizada, não é o que vai acontecer com o DMAE. O DMAE é concessão. Quando apresentam a Corsan, é ...

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Eu não vou admitir que me atrapalhem na minha fala, eu ouvi todo mundo educadamente...

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Vamos deixar a pessoa que está falando, por favor. Eu vou parar o seu tempo, vereadora. Eu peço, por favor, a plateia que respeite quem está falando.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada. Não, é sempre o mesmo, que quer tumultuar. A gente não está aqui... A gente está querendo conversar,

está frio, eu tenho meus filhos, gostaria de estar na minha casa, mas se estou aqui, assim como vocês, tem até criança aqui, neste frio, é porque nós estamos interessados na dignidade das pessoas. Quando nós falamos em concessão, é emprestar uma parte, é dar aquela parte para alguém fazer o que nós estamos mandando. Ou seja, o prefeito vai dizer: “Eu quero que a concessionária que ganhar faça isso, isso e isso.” Ou seja, quando essa concessionária não cumprir com o que está escrito, ela vai ser multada, notificada, e ela pode o quê? Perder a concessão. Ou seja, é retomado daquele que não cumpriu com o acordo. Quando o Simpa fala em desestatização, que teve alguns lugares que desestatizaram, eles esquecem de dizer que esses locais foram privatizados e foram retomados. Não deixem se enganar com mentiras que aqui são faladas. Coloquem ali no ChatGPT, coloquem no Google: privatização, concessão. Olha quanta mentira: que o Melo não está levantando as casas de bombas. As casas de bombas estão sendo levantadas. Não se enganem. As pessoas gostam muito de vir pedir voto, mas gostam pouco de fazer entregas. O Melo vem nas comunidades. Eu nunca vi um prefeito conhecer tão bem as comunidades. Eu nunca vi um prefeito trabalhar tanto pelas comunidades mais humildes, sabe por quê? Porque é ali que precisa chegar a dignidade para as pessoas: a água potável na torneira, o esgoto tratado, porque tem criança brincando no cocô. E isso é saúde, é a saúde das pessoas que estão indo por água abaixo. Quando se tem esgoto tratado, se tem uma saúde melhor. Como a gente vai querer que as pessoas vão trabalhar, as crianças estudem, se elas não têm o mínimo de dignidade? Nós estarmos no século XXI falando de água e esgoto tratado, é coisa do século passado. Nós não podemos mais aceitar isso. E eu quero dizer para vocês, a concessão parcial vai ser feita graças a Deus. Nós vamos conseguir fazer essa concessão. Por quê? Porque a água tratada, esgoto tratado, água potável e esgoto tratado chegam nos melhores bairros. Se não acontecer a concessão, vocês vão continuar sem água tratada. Vocês vão continuar sem esgoto tratado. Por quê? Porque ali na Protásio está passando, tudo bem. Ali no Moinhos também, no Centro também. Agora, onde está precisando, é aí que vai ter que ter a mudança. E quero dizer para vocês que

nós estamos, sim, prestes a continuar fazendo as audiências públicas. E por quê? Por decisão minha, porque eu quero ouvir.

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Um minuto.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): Um minuto? E hoje é a primeira audiência pública que eu vejo a comunidade participando em peso. Parabéns à nossa Denise aqui, que é a chefe da democracia, por estar trazendo as pessoas aqui para conversar, para tirar suas dúvidas, para perguntar e para dizer: “Eu quero dignidade! Eu quero água potável na minha casa. Eu quero tratamento de esgoto”. Muito obrigada.

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Obrigado, vereadora. Agora, para encerrar, nós passaremos cinco minutos para o Simpa e, depois, para encerrar, cinco minutos para o governo.

SR. EDSON ZOMAR DE OLIVEIRA: Boa noite a todas as pessoas presentes aqui. Uma noite bastante fria, mas é importante, de qualquer forma, a presença das pessoas para este debate, que é uma continuidade de outros mais, que é a questão sobre o processo de privatização do DMAE. O Simpa não mente. Nós somos servidores, a gente vem aqui conversar com as pessoas, para as quais trabalhamos, que é a população de Porto Alegre. A concessão é, sim, uma forma de privatização facilitada, inclusive, com menos custo e menos responsabilidade. Quanto à questão de reversão, são raríssimos os casos, e peço que me apontem onde houve uma reversão de concessão nesses moldes, modelagem como está sendo proposta. Porque, a partir daí, deixa de existir o conhecimento técnico, a própria gestão perde o instrumento executivo de gerir a cidade, tanto seja no saneamento como em qualquer outra área. Na verdade, o que está se debatendo aqui é se faz gestão pública, com serviço público, que faz a mediação e a prestação dos serviços em todas as áreas em que uma sociedade que tem desníveis sociais, como a nossa, necessita, ou se transforma isso no meio de

auferir lucro, entende, para investidores. E investidores não são samaritanos. Todos os investidores, todos os empresários, em especial investidores de grupos econômicos, como é o caso da Aegea, onde grupos de investidores sustentam, têm como meta auferir lucros. E não é nem um mercado onde tu podes optar por uma empresa ou outra, é uma empresa somente, entende? E se essa empresa. quiser a administração vir a questionar, tem todo um processo de judicialização, como foi citado agora há pouco aqui, em São Paulo mesmo, tinha Enel constantemente com falta de luz, multada e não multada, porque tudo isso tem um mercado que gera essa questão aí. O próprio marco regulatório, em cima de uma questão justa, que é a questão da extensão do saneamento, ele foi, na verdade, estabelecido justamente para constituir esse monopólio privado financiado com o dinheiro público do BNDES, em todo o Brasil. Manaus, que é da Aegea, há mais de 20 anos, nós temos 20% de tratamento de esgoto, entende? Não é verdade que situações foram citadas aqui e, com todo respeito, às pessoas colocaram, onde são questões de drenagem e não de esgoto, entende? Que é a questão das cheias. Essa parte, inclusive, na área de concessão que está sendo proposta, não vai para a empresa privada. Para a empresa privada vai aquilo que dá lucro, ou seja, a parte pública que ficaria, ela faria a captação e tratamento da água com preço subsidiado, que seria repassado pela empresa, que vai sim, a partir daí, fazer o atravessamento, seria como se comprasse do produtor para entregar para o consumidor. Em cima disso, vai vir o lucro, vão vir aditamentos, vão vir contratações não previstas nos contratos, vai se aditar. E, por 35 anos, passa governo, passa governo, enfim, perde-se um instrumento de gestão, um instrumento de prestação de serviços públicos. E qual é a diferença que tem o serviço público da questão de uma concessão privada? É a questão de que o serviço público existe para prestar serviço àqueles que precisam e não têm condição de ir no mercado procurar ou ser atendido. Por isso que tem serviço público. E em cima dele existe uma taxa, uma tarifa com condições de mantê-lo e aprimorá-lo. Ao passo que a empresa privada, seja uma privatização clássica, ou concedida, ou conveniada, ou via PPP, ou do formato que o for, se utiliza desse serviço para auferir lucro mediante

cobranças, ou diretamente, ou através dos impostos – onde a Prefeitura assume a responsabilidade de pagar, que é o caso da PPP.

Então, este debate é interessante e fundamental por quê? Porque está se debatendo a questão do DMAE e também outras questões de serviço público, e aí não interessa o partido, o governo que for, em lugar que for, o Simpa defende o serviço público para que todos os cidadãos tenham direito de acesso. Por quê? Porque ele tem um custo menor para a sociedade. Ao passo que a sociedade, quando fica refém do processo privado de prestação de serviço, se torna refém de mercados que são monopólios, que são grupos que, em cada área, têm uma empresa ou outra que vai constituir e dominar aquilo ali. E isso não tem como custar menos. “Ah, mas o DMAE não consegue fazer...” Isso é uma inverdade. Não vou dizer que é uma mentira, é uma inverdade. Por que é uma inverdade? O DMAE já foi o melhor órgão de saneamento público do Brasil. Quando eu falo saneamento público eu quero dizer água, esgoto e todo o processo. E deixou de sê-lo por quê, nos últimos 20 anos, em especial nos últimos oito anos? Porque não foi mantida a lógica de o serviço ser prestado por servidores, e sim começou um processo de terceirização. Hoje o DMAE demora, a chamada intermitência, porque tem falta de servidores, falta de manutenção adequada das coisas, não porque é público, mas pela forma como é gerido, ou, melhor dizendo, não gerido, ou gerido não no interesse da população e, sim, no interesse da empresa privada, para criar essa condição de que o DMAE não funciona, como se fosse um ente separado da sua gestão, quando a sua gestão é indicada pelo prefeito. E, nesse sentido, sim, o prefeito tem responsabilidade, porque já está há cinco anos, fora o tempo em que era vice-prefeito, e nesse meio tempo, se esse intento fosse outro, o de manter ao invés de privatizar, nós não estaríamos passando por uma série de dificuldades que passamos hoje, como no próprio caso da enchente do ano passado, aqueles R$ 438 milhões que existiam, foi dinheiro arrecadado da população, que tinha que ser aplicado na manutenção e no aprimoramento do serviço; e não foi, e estava em caixa. E essa falta fez diferença, sim, no sentido de minimizar a atividade. Como posso citar, para encerrar, a questão do esgoto, há mais de um ano a ETE Sarandi está jogando

130 litros/segundos de esgoto no rio Gravataí. Por que isso não foi priorizado para ser sanado? Só recentemente, após a denúncia nossa, começaram a ser tomadas providências com relação a isso. Isso é saúde pública! Isso é custo, sim! Então, essas questões, é só o serviço público que garante, e não a empresa privada. Sim ao DMAE público!

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Muito obrigado. Para encerrar, passamos a palavra ao governo, por cinco minutos...

SR. GELSON LUIZ GUARDA: Eu só queria que ouvisse um áudio, vereador, só para a gente... Mas o vereador parece que vai embora, já está com frio. Áudio: "Certa feita, alguém me diz, mas, Silvio, o governo tem preconceito com quem produz, o governo tem preconceito com a iniciativa privada. Não é verdade. Se tem um governo que dialoga com o setor produtivo brasileiro, é o governo do Presidente Lula. Tanto é que o ano de 2024, como foi também em 2007 no governo do Presidente Lula, nós tivemos o maior volume de concessões da história do Brasil em 2024. Concessões de portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, petróleo e gás, minas e energia. Então, assim, isso tudo tem gerado riquezas e oportunidades para o povo brasileiro. - Muito bem. Nós conversamos com o ministro Silvio Costa Filho, de portos e aeroportos. Muito obrigado, ministro, por sua entrevista aqui à Voz do Brasil." Muito obrigado. Estamos passando só para o DMAE concluir.

SR. MATHEUS NERES DA ROCHA: Para concluir, então, acho que, antes de mais nada, quero agradecer mais uma vez a presença de todos, agradecer no nome do Ver. Marcos Felipi, que preside agora, neste momento, os trabalhos, agradecer a presença de todos os vereadores e vereadoras, representantes do Simpa, secretário Gelson. E repetir e repisar a todos a intenção da gestão do DMAE, que aqui representamos, de dialogar, de esclarecer todo e qualquer ponto que sobrevenha de dúvida sobre o projeto, sobre as intenções, sobre o contexto que o motiva, em especial do que tratamos aqui, do projeto de lei.

Então, destacar de novo o escopo da concessão. Sei que é polêmico aqui, cada um trazendo privatização, concessão... Com o devido respeito ao Edson, não há como fazer essa vinculação entre um instrumento e o outro, as diferenças são inúmeras, por todas as perspectivas. Então, destacar que aqui a intenção do projeto de lei é, sim, trabalhar a concessão dos serviços de esgotamento sanitário, cloacal, distribuição de água. Então, permanecendo com o DMAE, ou sob a gestão direta do Município, todo o serviço de drenagem urbana e da captação e do tratamento de água. Eu vejo que esse é um ponto com relação ao qual, por vezes, vêm à tona algumas confusões sobre exatamente o que se propõe. Então, a intenção aqui é contratar, não é entregar a ninguém, não é deixar de lado, não é se desincumbir de qualquer responsabilidade. A responsabilidade seguirá, sim, com o Município, seguirá, sim, com o DMAE. Haverá uma contratação para a execução de serviços, a expansão de serviços, melhorias, e o DMAE seguirá também responsável por prestação direta ou sob outras formas de contratação de todos os outros serviços que remanescem com ele. E destacar mais uma vez também a questão de que não se trata de qualquer... O projeto não trabalha com aumento de tarifa, a tarifa da água e do esgoto hoje, no Município de Porto Alegre, está prevista na Lei Complementar nº 170, não pode ser alterado esse valor da tarifa sem se alterar a Lei Complementar nº 170, e não é disso que tratamos aqui, não é o que se propõe. Da mesma forma, senhores, esclareço que a tarifa social também consta na Lei Complementar, como também é um direito garantido por lei federal. Então, não há qualquer prejuízo à tarifa social e ao preço da tarifa. Em linhas gerais, então, é isso. A gente segue à disposição para sanar eventuais dúvidas, seguimos à disposição para trazer o esclarecimento que seja necessário. Obrigado.

PRESIDENTE MARCOS FELIPI (CIDADANIA): Muito obrigado. Agradecemos a presença de todos e declaramos encerrada esta audiência pública.

(Encerra-se a audiência pública às 20h42min.)